

A INFLUÊNCIA DA ECONOMIA CAFEIEIRA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL NA REPÚBLICA VELHA

Giovana Goretti Feijó de Almeida¹
Vonja Engel²

RESUMO

Este artigo trata da reflexão sobre a lógica econômica brasileira na República Velha, a partir da produção cafeeira e suas implicações na industrialização brasileira. A importância de entender este período é em função da dependência da exportação de um único produto primário (o café) que acabava deixando a economia brasileira refém e subordinada à lógica do mercado externo. Nesse sentido, ocorria ainda outro problema dentro deste raciocínio, no qual o abastecimento do mercado interno de produtos industrializados era feito com produtos importados, impossibilitando o crescimento da indústria no país. O marco teórico que sustentou este estudo foi apoiado no endividamento externo e na industrialização de forma tardia, conforme foi o caso do Brasil. A metodologia compreendeu pesquisa bibliográfica no intuito de compreender como ocorreu o processo de industrialização brasileira. Os resultados apontaram para a importância econômica gerada pelo café no processo de formação de desenvolvimento da economia brasileira que igualmente contribuiu, mas, também atrasou a industrialização do país.

Palavra-chave: Economia cafeeira; Política econômica; República Velha; Poder; Industrialização brasileira.

THE INFLUENCE OF THE COFFEE ECONOMY THE PROCESS OF INDUSTRIALIZATION IN BRAZIL OLD REPUBLIC

ABSTRACT

This article covers the reflection on the Brazilian economic logic in the Old Republic, from coffee production and its implications for Brazilian industrialization. The importance of understanding this period is due to the dependence on exports of a single commodity (coffee) who had left the Brazilian hostage and subordinated to the logic of the international market economy. In this sense, still occurred another problem in this reasoning, in which the supply of the internal market of industrialized products was made with imported products, preventing the growth of industry in the country. The theoretical framework that supported this study was supported in external debt and late industrialization, as was the case in Brazil. The methodology included literature in order to understand how was the Brazilian industrialization process. The results pointed to the economic importance generated by the coffee in the Brazilian economy development process that also contributed but also delayed the country's industrialization.

Keywords: Coffee economy; Economic policy; Old Republic; Power; Brazilian industrialization.

JEL: O10.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC)). Especialista em Gestão de Marcas/Branding (UNISC) e Bacharel em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (UNISC). Pesquisadora-integrante da Rede de Pesquisas sobre Desenvolvimento Regional - OBSERVA-DR, do grupo de pesquisa GEPEUR e do grupo de pesquisa sobre Desenvolvimento Regional e Processos Socioculturais.

² Economista, Especialista em Comunicação empresarial, Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutoranda em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Bolsista Capes. Integrante do Observa-DR.

1 INTRODUÇÃO

No intuito de compreender a economia cafeeira na República Velha e a lógica econômica brasileira desse período buscou-se trazer uma reflexão sobre essa temática. Para Furtado (2000), a caracterização formal do Estado na Primeira República (1889-1930) – também chamada de República Velha – aproximava-o do modelo liberal democrático: uma República federativa, na qual os Estados tinham razoável autonomia. A partir desse primeiro momento a abordagem utilizada procurou descrever o processo da economia cafeeira na década de 1920 e a grande Depressão de 1929-30. Esta temática se torna relevante para entender o contexto democrático da política desse período e suas influências na lógica econômica e na industrialização do Brasil.

Para Baer (1995), na década de 1920, o setor cafeeiro foi responsável por 19% do total das exportações, tendo 63% de aumento de participação. Já na concepção de Furtado (1954, p. 113), no primeiro decênio da independência, o café contribuiu com aproximadamente 18% do valor das exportações brasileiras, colocando-se em terceiro lugar, logo após o açúcar e o algodão. Nos dois decênios seguintes passou para o primeiro lugar e representou mais de 40% do valor das exportações.

De acordo com Furtado (1954), na República Velha (1889-1930) a economia brasileira dependia quase exclusivamente do bom desempenho das exportações, que na época se restringiam a algumas poucas *commodities* agrícolas, caracterizando a economia brasileira como agroexportadora. Essa foi a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial desde o período colonial, variando ao longo do tempo seus produtos: açúcar, ouro, algodão, café e borracha.

Neste período houve também um sistema de representação baseado no voto universal não obrigatório (que excluía analfabetos, mendigos, praças militares, religiosos sujeitos a voto de obediência³ e, mesmo sem proibição formal na Constituição, as mulheres) que beneficiava quem estava no poder (LEAL, 1997). O caráter democrático das instituições republicanas não se transportava para a esfera política: a prática das instituições era a regra e não a exceção (FAORO, 2008). As pressões sobre os eleitores limitavam a possibilidade de expressão de sua vontade

³ O voto era um ato de obediência, de lealdade ou de gratidão. Com o passar do tempo, foi considerado também como uma mercadoria, a ser vendida pelo melhor preço (CARVALHO, 2006).

e as articulações no plano federal fechavam o círculo que praticamente impedia as oposições (em especial com a política dos governadores) de qualquer influência sobre decisões políticas.

Mesmo que os primórdios da indústria brasileira tenham surgido nas últimas décadas do século XIX, tendo sucessão no período da República Velha, foi na década de 1930 que a propagação industrial recebeu estímulo e diversificação suficientes para iniciar o Processo de Substituição de Importações – PSI. Destaca-se que o entendimento sobre o PSI partiu da ideia de que a produção interna de produtos estava centrada na importação (por exemplo, máquinas e equipamentos), como foi o caso do que sucedeu no Brasil no período da República Velha (SOUZA, 2008).

O PSI ainda pressupõe a ascendência do crescimento econômico ancorado no setor industrial, tornando-o responsável pela dinâmica da economia, isto é, que seja o encarregado pelos níveis de renda e emprego no país. No caso da República Velha, este setor foi instigado pelo aumento e diversificação do setor exportador. Em meados da década de 1930, a economia recuperou-se mesmo com a citada crise, sob o comando dos setores do mercado interno.

Para responder e compreender esse período utilizou-se como aporte metodológico, neste artigo, o método dedutivo, juntamente com uma pesquisa bibliográfica. Para Gil (2002) o método dedutivo é importante nesse tipo de pesquisa, pois parte do geral ao particular. Sendo assim, nesse estudo foram abordadas as características do mercado cafeeiro da República Velha e suas implicações para a industrialização brasileira.

2 A LÓGICA DA ECONOMIA BRASILEIRA NA REPÚBLICA VELHA

As contradições presentes nos movimentos de 1889 vieram à tona já nos primeiros meses da República Velha. As forças políticas desse período, que momentaneamente tinham se unido em torno da ideia republicana, entraram em choque. Os representantes do setor progressista da lavoura, fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses. Rompia-se a frente revolucionária. Representantes da oligarquia rural disputavam o poder com elementos do exército e da burguesia,

embora houvessem burgueses e militares dos dois lados em função dos seus interesses e ideias (LEAL, 1997; FAORO, 2008).

Depois de um curto domínio da espada⁴, as oligarquias cafeicultoras afirmaram-se no poder garantidas por uma base econômica aparentemente sólida oferecida pela crescente produção cafeeira. As oligarquias que dominavam os vários estados lutavam entre si no plano federal, onde frequentemente se opunham à oligarquia paulista. Se a política financeira realizada por Campos Salles⁵, sob pressão dos credores britânicos, obteve o apoio de certos setores, igualmente despertou em outros uma séria oposição.

Os responsáveis pelo caráter nefasto da política brasileira dessa época eram os chamados Coronéis. Eles exerciam um poder oligárquico sobre a política e a economia do país, consistindo em um núcleo de articulação desse sistema, no qual poucos efetivamente detinham o poder político. O Coronel, geralmente, era um grande proprietário rural que exercia ampla influência no poder local, o qual se refletiria, posteriormente, para a esfera estadual e federal. Em vista disso, ficava evidente que o poder político e econômico na República Velha era exercido pelas Oligarquias Regionais que transportavam seu poder para o plano nacional (LEAL, 1997).

Com relação às Oligarquias, contudo, estas não eram consideradas como classes sociais, embora, normalmente, representassem e defendessem os interesses de algumas delas. O termo Oligarquia deveria ser usado em um sentido único e preciso, o qual poderia ser configurado como uma situação de poder em que eram estabelecidas regras ou normas, legais ou por tradição, que permitiam a um mesmo grupo dirigente perpetuar-se ou só expandi-lo a outros grupos com seu expresse consentimento. A chamada Oligarquia paulista monopolizou o poder por longo tempo dentro do Partido Republicano Paulista – PRP (FONSECA, 1983).

No interior do PRP, não havia apenas cafeicultores e proprietários de terra, mas também industriais, comerciantes e importadores. Não se tratava, estritamente,

⁴ A República da Espada foi o período no qual o Brasil foi governado pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto entre os anos de 1889 a 1894. Trata-se de uma época caracterizada como uma ditadura militar. Durante esse período foram comuns os levantes populares e a repressão a focos de resistência simpáticos ao Imperador Dom Pedro II e à restauração da monarquia.

⁵ Foi eleito presidente da República em 1898, desenvolveu uma política de apoio à agricultura e de valorização do plantio de café, recusando-se a adotar medidas de proteção à indústria brasileira.

de uma oligarquia rural, embora se pudesse considerar que os interesses do complexo cafeeiro eram hegemônicos e majoritários dentro do partido, isto é, tendiam a impor o conjunto dos seus membros e seus interesses específicos. Getúlio Vargas, por seu turno, era político da oligarquia gaúcha, o que não significou que ele tenha defendido, ao longo de sua atuação na República Velha, tão somente os interesses rurais do seu Estado (FURTADO, 2000).

Embora, frequentemente, muitos historiadores tenham caracterizado o período da Primeira República (ou República Velha) como de predomínio das oligarquias paulistas e mineiras, através da chamada “política do café com leite”, isso não condiz com a realidade da época. Portanto, sendo uma abordagem simplificada dos fatos, que não deixa explícita a participação política de outros grupos regionais, que em certos momentos foi decisiva, como no caso da oligarquia gaúcha. Segundo Vogt (2014, p. 153), "os revolucionários farrapos defenderam um projeto de sociedade efetivamente liberal e escravista com limitações de acesso a direitos civis e políticos", utilizando os escravos como força para o serviço militar em troca de suas liberdades.

Destarte, a lógica da economia brasileira na República Velha estava ancorada nas contradições de diversos movimentos que ocorreram simultaneamente nesse período, principalmente, naqueles grupos que detinham o poder oligárquico. As oligarquias cafeeiras, portanto, foram um dos grandes articuladores da economia na época, devido a sua ampla produção e exportação.

3 A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA CAFEIEIRA

A produção cafeeira teve um papel decisivo na economia brasileira no período compreendido entre 1889 e 1930. O volume das exportações e o nível de renda dependiam, em grande medida, do desempenho do setor cafeeiro e da própria política econômica do governo que tinha na produção cafeeira um marco de referência obrigatória (SOUZA, 2008). Historicamente não se poderia negar que o café foi o núcleo em torno do qual grande parte da economia brasileira esteve articulada (direta ou indiretamente) e também o fulcro da política econômica daquele período histórico, pois a economia cafeeira era bastante complexa, indo além dos cafezais, incorporando atividades comerciais, de transporte, bancárias e outras de natureza urbana.

Foram cinco os fatores que somados resultaram no sucesso cafeeiro. O primeiro fator foi explorado anteriormente, onde o interesse e os padrões da elite agricultora brasileira foram os grandes propulsores da econômica cafeeira no Brasil, fazendo com que tal elite fosse capaz de ascender financeira e politicamente. Outro fator foi a questão de que o café, por ser um produto que requer maior tempo entre o plantio e a colheita, demandava grandes volumes de capital inicial na forma de investimento. Esse capital necessário foi adquirido de duas maneiras: das riquezas provenientes do setor mercantil e, principalmente, de financiamentos por comissários, fazendo com que o café se tornasse um grande alvo para investidores, dado o seu sucesso comercial. Os demais fatores referiam-se a estrutura de trabalho escravista na época, que acabaram acarretando a queda de custos produtivos; a grande procura do café no mercado europeu, tornando-o um importante importador e, por último, a prospecção brasileira centrada em um consumo mais popularizado do café para equilibrar a oferta e demanda (FURTADO, 2000).

Nessa época, o eixo da economia brasileira passou a ser a produção e a exportação do café. Reproduziu-se, com a República, a economia agroexportadora que caracterizava o Brasil desde a sua origem de Colônia. Nessa economia, cabia aos bancos ingleses aportar recursos financeiros para a produção, transporte e comercialização do café e, às indústrias inglesas, fornecer produtos manufaturados. Neste período é firmado ainda, entre os cafeicultores e os Estados produtores de café, o acordo de Taubaté, em 1906, que tinha como objetivo central a defesa e a valorização do produto, implicando na tomada de empréstimos junto aos bancos ingleses para viabilizar a aquisição dos excedentes (FURTADO, 2000). A partir do Convênio de Taubaté, sofisticaram-se os métodos de defesa do café e o governo passou a comprar os excedentes de produção, financiado por empréstimos externos.

Contudo, a política de valorização do café, para ser eficiente, deveria ter desenvolvido mecanismos que impedissem o contínuo aumento da sua produção. O que não ocorreu e acabou levando o mercado a um duro golpe, o qual ficou conhecido como a grande depressão de 1929-30 ou a crise de 1929, que será tratado na sequência. Concretamente, a reprodução do capital econômico cafeeiro e

as formas de subordinação da economia brasileira levaram ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria (SILVA, 1976; SUZIGAN, 2000).

A maior crise econômica que assolou a economia capitalista foi deflagrada pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, generalizando-se para o conjunto do mundo capitalista ao longo da primeira metade dos anos de 1930 (PERISSINOTTO, 1994). Desta forma, a depressão de 1929-30 trouxe como consequência para a economia agroexportadora fundada no café e atrelada aos interesses ingleses, o colapso financeiro. Em meio à essa crise ainda ocorreu uma importante mudança política no país, que conduziu ao poder forças políticas que, durante a década de 1920, haviam realizado vários enfrentamentos com o governo da República Velha.

No Brasil, a depressão causou um impacto negativo sobre as exportações. Os valores sofreram uma queda de US\$ 445,9 milhões em 1929 para US\$ 180,6 milhões em 1932 (BAER, 1995). O preço do café atingiu um terço do preço que alcançara entre 1925 e 1929 e as relações de troca do país caíram em torno de 50%. Além da redução das receitas de exportação, a entrada do capital estrangeiro cessou quase por completo, o que obrigou o governo a tomar algumas medidas drásticas. Em 1931, houve a suspensão de parte dos pagamentos da dívida externa e o início de negociações para chegar a um acordo sobre sua consolidação. Para Baer (1995), o Brasil também foi o primeiro país da América Latina a introduzir o controle de câmbio e outros controles diretos que, combinados com a desvalorização da moeda que aumentava o custo das importações, geraram uma queda no valor das importações de US\$ 416 milhões, em 1929, para US\$ 108,1 milhões.

Para proteger o setor e, por conseguinte, a economia do impacto total da queda dos mercados e preços mundiais do café, o programa de apoio à atividade foi transferido dos Estados (principalmente de São Paulo) para o Governo Federal. A proteção do governo também incluiu medidas para ajudar os endividados produtores rurais, especialmente no Estado de São Paulo, através do seu pagamento, permitindo ao devedor postergar os seus pagamentos.

4 A ECONOMIA CAFEIEIRA E A INDUSTRIALIZAÇÃO

A quebra do andamento do modelo primário exportador veio da crise prolongada de 1930. Esse desequilíbrio externo encorajou boa parte dos governos para que fosse priorizada uma série de medidas que buscaram proteger o mercado interno dos impactos da crise internacional (TAVARES, 1986). Na visão de Furtado (1954), quando o governo federal optou pela compra do excedente de café oriundo de uma séria crise, ele manteve os preços do principal produto comercializado no país, não oportunizando que estes despencassem se não houvesse esta interferência.

Assim sendo, o governo parte para uma política de expansão de créditos no intuito de reagir à crise do período, ao invés de elaborar um programa mais austero e rigoroso. A consequência desta escolha foi a implementação de uma política keynesiana de suporte a demanda agregada e ao emprego que atingiu a cultura cafeeira e também o complexo econômico a sua volta (FURTADO, 1954).

A referência do processo de consolidação da produção industrial brasileira foi, sem dúvidas, o período da Grande Depressão de 1930 que afetou não apenas o Brasil, mas o mundo todo. Posteriormente, o café deixou de ser o produto principal da economia do país, pois a experiência mostrou que esta era uma estratégia inconsistente. Contudo, muitos problemas surgiram: para armazenar seus produtos, os agricultores faziam empréstimos sem ter condições de pagá-los, fazendo-os perderem suas terras; a falta de consumidores no setor da indústria teve que limitar sua produção, tendo como consequência a demissão em massa de funcionários; a crise chegou ao mercado de ações, levando a quebra (*crash*) da Bolsa de Valores de Nova York (VERSIGNASSI, 2011).

Desta forma, inúmeras indústrias, bancos e outras organizações tiveram que declarar falência, acarretando o desemprego de milhões de pessoas. No Brasil, a Revolução de 1930 ocasionou a perda da hegemonia política pela burguesia cafeeira em favor da classe industrial ascendente, impulsionando o avanço do processo de industrialização no país e iniciou uma substituição de importações (VERSIGNASSI, 2011). Esta situação representou uma mudança qualitativa na composição industrial, principalmente, de bens de capital e insumos para a indústria nacional.

Dessa forma, a industrialização brasileira sintetizou esse encadeamento histórico na expressão do processo de industrialização por substituição de importações (ou PSI). Furtado (2000) constatou, em suas análises, que a indústria brasileira saiu fortalecida do choque adverso que foi a Grande Depressão de 1930. A crise do café e a Grande Depressão originaram também a crise do setor externo brasileiro, que culminou com o desenvolvimento industrial brasileiro estimulado pelo crescimento do setor exportador. Nesse sentido, exportar se tornou uma estratégia para fomentar a importação de bens de capital fundamentais para o investimento da indústria (TAVARES, 1972; FURTADO, 1954).

De forma ampla, as circunstâncias em que ocorreram todos os imprevistos mencionados ao longo deste estudo, mostraram dois aspectos. O primeiro é o de que havia a existência e relativa relevância da indústria antes da década de 1930 e, o segundo, é o de que houve certa negligência quanto a industrialização do país pós-crise (PREBISCH, 1964). Sob este ponto de vista, se torna improcedente a ideia de que o PSI foi iniciado somente em 1930, transformando a indústria no ponto central e dinâmico da economia. Este processo de substituição foi lento e gradual, engendrado no âmago de uma economia agroexportadora, resultante de seu crescimento e diversificação.

O que se observa é que o governo brasileiro empregou estratégias que incentivaram uma indústria embrionária, na década de 1930. Um exemplo dos instrumentos utilizados foi a criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Na ausência dos bancos de fomento, esta ferramenta instaurou, de forma oficial, o que o Estado havia feito com ações específicas no período da República Velha, ou seja, o financiamento de capital fixo e de giro à indústria (FURTADO, 2000).

Os acontecimentos que levaram a agroexportação e suas atividades a se expandirem, evidenciaram um sistema de desenvolvimento capitalista que favoreceu o surgimento de empresários (FURTADO, 2000). Isto posto, argumenta-se que não basta a concentração de renda em um único segmento ou classe social para que ocorra a industrialização. É preciso que haja a disposição de investimento no intuito de aplicação da renda monetária para sua reprodução e expansão. Dito em outras palavras, é o investimento do capital, tendo o raciocínio centrado no seu crescimento por meio do lucro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica econômica brasileira na República Velha preservou as características de uma economia da época colonial no Brasil que se manteve, em longo prazo, por meio da monocultura e da mão-de-obra escrava. O raciocínio produtivo introduzido, naquele período, fez com que houvesse um movimento súbito que culminou com a permanência de um único produto que conquistou a atenção econômica do país de forma totalizante. Enfatiza-se que os recursos financeiros empreendidos foram oriundos da concentração de capital econômico derivado da rápida aceitação do produto, do uso do próprio capital e do estímulo da economia interna.

Não obstante, o fim da escravidão e a crise de 1929 contribuíram para a existência da mão-de-obra assalariada, abriu a entrada de novas classes sociais no país, tornou possível o investimento de recursos focados na indústria e no comércio, fortaleceu também os grandes fazendeiros que tinham atuação política (que mais tarde enfrentaram a crise da agroexportação). Enfim, foram vários os problemas enfrentados pelas escolhas feitas no passado.

Todo o contexto histórico, o qual o Brasil passou durante a República Velha e suas implicações em um único produto, trouxe ensinamentos mesmo que de forma dura para a economia brasileira. A crise de 1929 mostrou esta face quando atingiu amplamente a economia do Brasil, fazendo-se necessário um olhar sobre a inserção do país em relação ao seu modelo econômico. Um modelo baseado na exportação de produto primário, que naquele período tinha como principal foco o café. Szmrecsányi e Suzigan (2002) argumentam que esta foi a razão da vulnerabilidade econômica do país, ou seja, a dependência única e exclusiva da exportação de apenas uma mercadoria.

Nessas circunstâncias, a partir da produção cafeeira na República Velha, suas respectivas consequências ao modelo agroexportador e também após a crise de 1929 ficou mais evidente a influência do mercado do café na industrialização do país. Na contemporaneidade torna-se relevante resgatar a formação socioeconômica do Brasil em relação a sua produção e a sua economia no intuito de entender sua dinâmica e implicações, principalmente, na industrialização e no próprio modelo de desenvolvimento que se adotou.

Salienta-se, no entanto, que essa decadência do setor cafeeiro disponibilizou a força de trabalho necessária para a indústria e forneceu o capital monetário

imprescindível às inversões no setor industrial, uma vez que, quando os investimentos na produção de café não eram lucrativos, os recursos tiveram como destino a indústria. Por essa perspectiva, as discussões e levantamentos são importantes para um olhar para a economia brasileira para não se repetir um padrão da época do café com a exportação centrada em apenas um produto.

REFERÊNCIAS

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Ed. Nobel, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FURTADO, Celso. **A economia brasileira: Contribuição à análise do seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro: A noite, 1954.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo, 2002.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PREBISCH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio à Lula**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec Unicamp, 2000.

SUZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. **História da econômica do Brasil contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. (V. 4).

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1986.

VERSIGNASSI, Alexandre. **Crash**: uma breve história da economia: da Grécia Antiga ao século XXI. São Paulo: Leya, 2011.

VOGT, Olgário Paulo. O liberalismo farroupilha e a escravidão na República Rio-Grandense. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 19, 2014, p. 153-168.